

TEMPO DE REVOLUÇÃO

ABRIL DE 2023 - R\$ 5,00 - CONTRIBUA: PIX@MARXISMO.ORG.BR

ÓRGÃO DO COMITÊ CENTRAL DA ESQUERDA MARXISTA, SEÇÃO BRASILEIRA DA CORRENTE MARXISTA INTERNACIONAL (CMI) EDIÇÃO 27

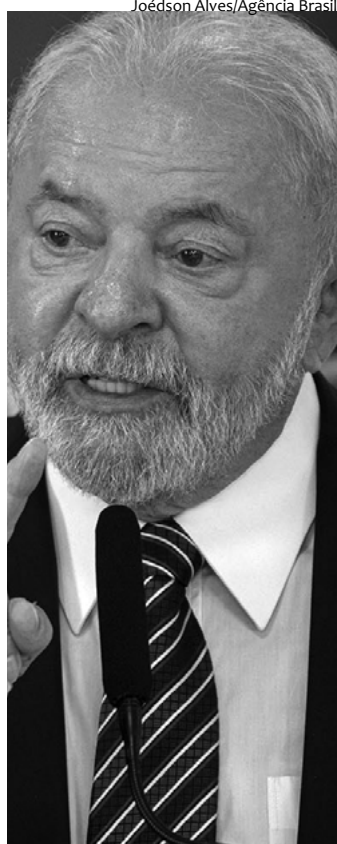
LULA, REVOGUE O NOVO ENSINO MÉDIO

REVOGA
NEM

Os primeiros
100 dias do governo
Lula-Alckmin p. 02

100 anos da Oposição de
Esquerda e o combate ao
stalinismo p. 08

EDITORIAL



Joédson Alves/Agência Brasil

Os primeiros 100 dias do governo Lula-Alckmin



Marcelo Camargo/Agência Brasil

A política econômica do governo

Os compromissos do atual governo ficam evidentes em sua política econômica que, na realidade, pouco se diferencia da de Bolsonaro e Temer. Recentemente foi apresentado por Fernando Haddad e Simone Tebet o “novo arcabouço fiscal”, que não passa de um novo teto de gastos públicos no lugar do teto aprovado no governo Temer e mantido por Bolsonaro.

É um novo limite, um freio para os gastos do governo, que visa garantir ao mercado que o governo irá cumprir o superávit fiscal para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública com seus credores, principalmente bancos e especuladores internacionais, ou seja, o capital financeiro. Se em discursos Lula recrimina bancos e o mercado, na prática se submete a seus interesses fundamentais. Por isso, o tal mercado reagiu positivamente ao anúncio do “arcabouço”, com alta das bolsas e queda do dólar.

O novo teto coloca um limite no crescimento das despesas do governo a até 70% do crescimento da arrecadação do ano anterior. Por exemplo, se a arrecadação aumenta 2%, o aumento das despesas poderá ser de até 1,4% (ou seja, 70% de 2%), além da infla-

ção. Mas esse aumento das despesas também terá um piso e um limite máximo, entre 0,6% e 2,5%.

O UOL economia destacou: “Se o novo arcabouço fiscal já estivesse em vigor desde 2011, o governo federal teria tido uma economia de R\$ 775,3 bilhões no período – ou de R\$ 64,6 bilhões ao ano. Os cálculos foram feitos pelos economistas Felipe Salto e Josué Pellegrini, da corretora Warren Rena. As simulações indicam que, na prática, os gastos médios anuais teriam sido menores do que os efetivamente observados, a preços de 2022”.

Se em discursos Lula recrimina bancos e o mercado, na prática se submete a seus interesses fundamentais. Por isso, o tal mercado reagiu positivamente ao anúncio do “arcabouço”, com alta das bolsas e queda do dólar

Garantir o pagamento da ilegítima dívida, instrumento de dominação do imperialismo, este é o centro. Vale lembrar que além dos governos ante-

riores de Lula e Dilma terem pago religiosamente os juros e amortizações da dívida, Dilma vetou em 2016 uma Auditoria da Dívida que chegou a ser aprovada pelo próprio Congresso Nacional no ano anterior. O pagamento de juros e amortização da dívida pública consumiu 46,30% do orçamento federal executado em 2022, ou R\$ 1,879 trilhão. Para comparar, os gastos com saúde foram de 3,37% do orçamento executado no ano passado e, com educação, de 2,70%.

Além disso, o Brasil tem mais de US\$ 300 bilhões de reservas internacionais aplicadas em títulos da dívida norte-americana, só que estes títulos rendem juros abaixo da inflação. Ou seja, o governo brasileiro financia o imperialismo norte-americano “perdendo” dinheiro.

Os recentes conflitos entre o governo Lula e o Banco Central sobre a taxa de juros (Selic), longe de ser uma posição de defesa do interesse dos trabalhadores, é parte de uma concepção para fomentar a economia capitalista. O Banco Central e seu presidente, Campos Neto, defendem a alta da taxa de juros e sua manutenção a 13,75% para, supostamente, combater a inflação.

O governo, por sua vez, defende que é preciso reduzir a taxa de juros para

aumentar a produção e o consumo, e, em tese, fazer a economia crescer. Mas isso não tem como objetivo beneficiar a classe trabalhadora. Em discurso a empresários em fevereiro, Lula disse que o setor empresarial “precisa aprender a reivindicar, precisa aprender a reclamar dos juros altos”. E dirigindo-se a Josué Gomes, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), completou: “É preciso, Josué, que você saiba que, se a classe empresarial não se manifestar, se as pessoas acharem que vocês estão felizes com 13,5%. Sinceramente, eles não vão baixar juros”. Ao levar esta “Batalha de Pirro”, perdida antecipadamente, Lula procura desviar a atenção dos trabalhadores e evitar as batalhas que se anteveem nas negociações salariais.

Da parte dos revolucionários, não se trata de reivindicar redução ou aumento dos juros, isso é administração dos negócios da burguesia. Nossa luta é por emprego e salário digno para todos os trabalhadores, com reajuste mensal dos salários de acordo com a inflação. E o não pagamento da

EXPEDIENTE

Diretor de Publicação: Serge Goulart
Editor: Evandro Colzani
Diagramação: Jonathan Vitorio
Capa: Evandro Colzani

Conselho Editorial: Alex Minoru, Caio Dezorzi, Johannes Halter, Lucy Dias, Luiz Bicalho e Maritania Camargo

Comitê de Redação: André Mainardi, Bruna dos Reis, Flávio Reis, Francine Hellmann, Mariana Rosa, Michel Silva, Michelle Vasconcellos e Rafael Prata

Jornalista Responsável: Rafael Prata
MTB nº 40040/SP

TEMPO DE
REVOLUÇÃO



Roberto Parizotti

Manifestação contra a reforma do ensino em São Paulo, no dia 22 de março

fraudulenta dívida pública, com todo o dinheiro da dívida sendo revertido para a saúde, educação, moradia etc.

Por que os ataques não são revogados?

A recusa do governo em revogar o Novo Ensino Médio (NEM) é uma demonstração evidente de seus compromissos. A suspensão do cronograma de implementação do NEM, anunciada pelo ministro da Educação, Camilo Santana, mostra que o governo está sentindo a pressão da mobilização. Mas a suspensão por 90 dias, enquanto se realiza a Consulta Pública, não significa um recuo real.

O Novo Ensino Médio, para além da redução do conteúdo geral das disciplinas tradicionais para os estudantes, é parte de um desmonte da educação pública

Fato é que tanto Lula quanto Camilo Santana se pronunciaram diversas vezes contra a revogação, defendendo apenas “ajustes” no novo modelo. Não é de estranhar. Apesar da Reforma do Ensino Médio ter sido aprovada por Temer e ter começado a ser implementada por Bolsonaro, o embrião do proje-

to foi formulado durante o governo Dilma, assim como, aliás, a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência aprovadas nos governos Temer e Bolsonaro.

Dilma, então candidata à reeleição, defendeu em 2014 uma reforma do ensino médio durante a campanha, chegando a declarar em entrevista: “O jovem do ensino médio, ele não pode ficar com 12 matérias, incluindo nas 12 matérias Filosofia e Sociologia. Tenho nada contra Filosofia e Sociologia, mas um currículo com 12 matérias não atrai o jovem. Então, nós temos que primeiro ter uma reforma dos currículos”.

O Novo Ensino Médio, para além da redução do conteúdo geral das disciplinas tradicionais para os estudantes, é parte de um desmonte da educação pública que visa a redução de gastos do governo com a educação, preparando o terreno para a demissão de servidores e ampliação da privatização, com a entrada dos grandes conglomerados de educação em “parceria” com o Estado, em particular com a oferta do ensino a distância.

O compromisso do governo com o capital o impede de se posicionar pela revogação do NEM. Assim como pela revogação da Reforma Trabalhista e da Reforma da Previdência. Nossa luta é pela revogação total e imediata de todos estes ataques, ajudando os setores mais avançados da classe trabalhadora e da juventude

a fazerem a experiência com o novo governo e sacarem as conclusões adequadas, de se organizar para seguir a luta sem se deixar levar pelo discurso pronto da oposição bolsonarista de extrema-direita a este governo.

Avanço da consciência, as lutas que se preparam

Hoje, Lula e PT não têm nem a autoridade nem o controle sobre a classe trabalhadora que tiveram no passado. As decepções com os governos anteriores de Lula e Dilma romperam os laços que o PT tinha com

as massas proletárias. A candidatura de Lula em 2022 foi muito mais o instrumento disponível para derrotar Bolsonaro, sem profundas ilusões do que seria seu governo, apesar de, claro, existir a esperança de que dias melhores viriam.

O avanço da crise econômica internacional no país, com um governo comprometido em perpetuar o sistema vigente, só pode provocar a queda das condições de vida das massas, o que, por sua vez, impactará a popularidade do governo. Esta é uma situação que pode beneficiar a oposição de direita e extrema-direita que, apesar de derrotada nas urnas e seu fracionamento, aprendeu que pode mobilizar uma certa base na sociedade.

No entanto, a direita e a extrema-direita hipócritas não podem apresentar nenhuma saída real para as massas. Quatro anos de governo Bolsonaro evidenciaram isso. A luta pelo atendimento das necessidades concretas é o combustível para a luta de classes que, por sua vez, é o motor da história.

Temos visto a disposição na base, em particular entre a juventude, em lutar para revogar o NEM, apesar das manobras e bloqueios das direções das entidades sindicais e estudantis. Os que despertam para essa luta contra o NEM dão um passo à esquerda em oposição ao governo, e não à direita.

A ação concreta do governo Lula-Alckmin tem

feito cada vez mais setores perceberem, pouco a pouco, a necessidade da mobilização e organização independente para revogar os ataques anteriores, barrar novos e avançar em conquistas.

Uma nova leva de trabalhadores e jovens está se formando, aprendendo com a experiência prática. Estes ativistas participaram da luta para derrotar Bolsonaro e, agora, dão os primeiros passos na luta pelas reivindicações sob o governo de união nacional. Estão vendo também os exemplos que vêm de outros países, como as mobilizações contra a reforma da previdência e o governo Macron na França.

Os revolucionários devem se conectar a estas camadas, lutando ombro a ombro, explicando a necessidade do programa revolucionário e da organização revolucionária. Em 2022, a busca que mais cresceu no Google Brasil, na categoria “o que é...”, foi “o que é comunismo?”. Há interesse pelas ideias comunistas, há uma base que se sente vitoriosa por ter derrotado Bolsonaro, que não se contentará com mudanças “cosméticas”, que buscará a mudança real e não se calará diante de ataques. Uma explosão de luta de classes se prepara para o próximo período com o aprofundamento da crise capitalista. Este é o terreno favorável para o avanço do crescimento da Esquerda Marxista, seção brasileira da Corrente Marxista Internacional. Ao combate!



Ricardo Stuckert

O governo Lula-Alckmin, está submetido aos interesses fundamentais da classe dominante e do imperialismo

SINDICAL



O NOVO ENSINO MÉDIO, O GOVERNO LULA E AS ENTIDADES ESTUDANTIS E DOS TRABALHADORES

IRENATO PIZZATTO VIVAN

A luta pela revogação do Novo Ensino Médio (NEM) é um tema que deve ser abraçado pelo conjunto da classe trabalhadora. Apesar de atingir mais diretamente os trabalhadores em educação e os estudantes, é um assunto que afeta o proletariado em sua totalidade. O famigerado NEM foi aprovado na esteira de uma série de reformas (previdência e trabalhista) que buscavam e buscam adaptar o proletariado brasileiro a um novo patamar de exploração e adequar o país, dominado e subordinado ao imperialismo, ao atual papel que cumpre na divisão internacional do trabalho. Assim, o NEM procura moldar os futuros trabalhadores ou trabalhadores em formação a um quadro de relações de trabalho em que os direitos como salário, férias, 13º, estabilidade, previdência, jornada de trabalho fixada, entre outros, são substituídos por remuneração variável, contratos precários e instáveis, inexistência de férias, ausência de proteção previdenciária e de seguridade social, jornada de trabalho ilimitada em um quadro de desemprego permanente. Para atingir tal objetivo, o NEM restringe violentamente o acesso da juventude aos conhecimentos científicos, culturais e artísticos acumulados historicamente pela humanidade e substitui disciplinas

tradicionais por itinerários formativos conformados pela ideologia do empreendedorismo.

O famigerado NEM foi aprovado na esteira de uma série de reformas (previdência e trabalhista) que buscavam e buscam adaptar o proletariado brasileiro a um novo patamar de exploração

Além do papel estruturante na formação para as atuais relações de trabalho, o NEM é visto pelo setor empresarial (Itaú, Unibanco, Bradesco, Natura, BRF, Fundação Leman, GOL, Ifood, entre outros) ligado a diferentes ramos de atuação econômica, como um “ativo” – para a burguesia a educação não é um direito – altamente lucrativo. Os tubarões do ensino, bastante atuantes no ensino superior, observam o NEM como um terreno com alto potencial de exploração, afinal, é um ramo, segundo eles, bastante estável e protegido. Para ficar apenas em um exemplo, segundo matéria publicada no Valor Econômico, a holding Bahema, atuante no ramo de implementos agrícolas, na véspera da aprovação do NEM, decidiu se aventurar no campo educacional e investiu R\$ 42,2 milhões em escolas, tendo suas ações au-

mentadas em mais de 20% logo após o investimento.

A burguesia não se limita a investir e explorar a educação apenas na esfera privada, pelo contrário, tenta abocanhar fatias do orçamento público através de parcerias público-privadas (PPP), adotando como estratégia assumir a gestão educacional de escolas públicas, intermediar a contratação de trabalhadores em educação e colocar em marcha a Educação a Distância (EaD) na educação básica, gerando como consequência, além de outras, a destruição do emprego, da carreira e dos direitos dos trabalhadores em educação. Uma demonstração desta tendência pode ser observada na parceria estabelecida entre o Governo do Paraná com a Unicesuar, empresa do ramo educacional. O governador Ratinho Júnior (PSD) entregou para esta empresa a tarefa de conduzir as disciplinas técnicas ofertadas aos estudantes do Ensino Médio. A terceirização deste serviço custou R\$ 38,4 milhões dos cofres públicos e os professores que antes ministravam estas disciplinas foram dispensados ou remanejados e substituídos por aulas gravadas. Iniciativa que não foi aceita sem protestos e luta dos estudantes secundaristas.

O governo Lula e o Novo Ensino Médio

Alguns setores da classe trabalhadora e da juventude possuíam a expectativa, ingênua, de que o governo novo

Lula iria, em pouco tempo, sinalizar no sentido de revogar o NEM. A expectativa foi logo frustrada pela composição do Ministério da Educação (MEC), tomado pelo setor empresarial. A revogação do NEM passa longe das atuais intenções do governo federal. No máximo, segundo eles, uma avaliação e/ou revisão. Isso pode ser facilmente constatado pela manutenção do calendário de implementação do NEM estabelecido pelo governo Bolsonaro através da Portaria nº 521/21 e a criação de uma Consulta Pública – Portarias nº 399/2023 e nº 479/2023 – coordenada por diferentes representações, que possui como finalidade apenas avaliar o NEM e integrar as organizações dos trabalhadores à política do governo. Além da recondução de Fernando Whirtmann ao cargo de Coordenador Geral de Ensino Médio, função que já havia ocupado durante a gestão de Milton Ribeiro no governo Bolsonaro. A posterior suspensão do calendário de implementação do NEM e a exoneração de Fernando Whirtmann, só ocorreram diante da enorme pressão dos movimentos sociais que se mobilizam contra a reforma do ensino e, mesmo assim, o governo Lula busca apenas ganhar um fôlego com as medidas.

As organizações dos trabalhadores e estudantis e a luta pela revogação do NEM

Com o início do novo governo, o silêncio era o que imperava entre as direções das organizações dos trabalhadores e estudantis sobre a luta pela revogação do NEM. Todas, apesar de formalmente serem contra o NEM, não apresentavam sinais de mobilização e luta em torno dessa temática. Ações como o abaixo-assinado proposto pelo deputado federal Glauber Braga (PSOL-RJ) e a formação de comitês de luta pela revogação do NEM provocaram um desconforto nas direções que sentiram a necessidade de tomar algumas iniciativas, mesmo que timi-



Jaine Fidler Rodrigues

das. A primeira delas foi o ato nacional convocado pela União Brasileira dos Estudantes Secundários (Ubes) que ocorreu no dia 15 de março e contou com uma importante participação de estudantes e trabalhadores em educação. Outra mobilização, nos mesmos moldes, está convocada pela Ubes para o dia 19 de abril. Soma-se às iniciativas estudantis, a paralisação nacional convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) para o dia 26 de abril. É indiscutível que estas novas mobilizações chamadas de-

vem ser utilizadas para colocar em movimento os estudantes e trabalhadores em educação pela revogação no NEM, porém, a experiência recente demonstra que paralisações de apenas um dia são insuficientes, e se desconectadas da batalha pela ampliação da luta, servem apenas para distrair os trabalhadores e estudantes da tarefa fundamental de seu combate. Além do que, o ideal seria convocar atos unificados – trabalhadores e estudantes – e não segmentados.

Estes alertas precisam ser feitos, pois decisões e ações recentes da direção

da CNTE e da Ubes vão ao sentido de limitar a extensão da luta e de integrar o movimento dos trabalhadores e estudantes à política do governo federal. Durante a Plenária Intercongressual da CNTE que ocorreu entre 17 e 19 de março, foi proposto que a Confederação apoiasse a formação de comitês de luta pela revogação do NEM. Nos grupos de trabalho a proposta foi combatida pela direção da CNTE, porém, na plenária final, optou-se oralmente por incorporar a proposta. O que indica apenas ser uma formalidade, já que nenhuma ação foi tomada no sentido de estimular e

incentivar que suas entidades filiadas formem comitês de luta em seus estados e cidades. Outra ação foi a aderência da CNTE e de outras entidades dos trabalhadores e estudantis, incluindo a Ubes e a União Nacional dos Estudantes (UNE), ao Fórum Nacional de Educação (FNE) que possui a função de colaborar, acompanhar e propor políticas educacionais ao governo (ver mais na página 6). Trata-se, pela sua natureza, de um fórum de colaboração de classes, isso fica bastante evidente no papel que terá na condução da Consulta Pública proposta pelo governo que pretende avaliar e, apenas isso, o NEM.

É indiscutível que estas datas – 19 e 26 de abril – devem ser utilizadas para colocar em movimento os estudantes e trabalhadores em educação pela revogação no NEM, porém, a experiência recente demonstra que paralisações de apenas um dia são insuficientes

Não combater pela formação de comitês de luta pela revogação do NEM e integrar fóruns de colaboração de classes são o caminho da derrota. As entidades dos trabalhadores e estudantis devem desenvolver uma política de independência de classe, mobilizar realmente as suas bases e exigir que o governo Lula revogue imediatamente o NEM que é uma brutal violência contra a juventude e a classe trabalhadora. A Esquerda Marxista e a Liberdade e Luta estão empenhadas na formação de comitês de luta pela revogação do NEM, na difusão do abaixo-assinado proposto pelo deputado Glauber Braga, em formato físico, e combatendo em todos os terrenos para que avance a luta pela revogação da reforma. Entre em contato e venha construir comitês de luta pela revogação do NEM junto conosco!



Luiz Fernando Nabuco/Aduff

JUVENTUDE

Nenhum passo atrás até a revogação total do NEM!

LUCY DIAS

O governo Lula anunciou a suspensão do calendário de implementação do Novo Ensino Médio e alterações previstas para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2024. Poucos dias após o anúncio e a publicação da portaria, Lula veio esclarecer os desavisados: “Não vamos revogar; suspendemos e vamos discutir.” A suspensão do calendário da implementação vai durar por 90 dias enquanto será realizada a consulta pública, instituída pela portaria nº 399, para avaliação e reestruturação da política nacional do Ensino Médio.

A fala de Lula e a publicação da portaria de suspensão corresponde

à posição do governo expressa pelo ministro da Educação, Camilo Santana, contrários à revogação total. Para eles, há que se estabelecer um “diálogo” com a sociedade civil para “ajustar” o atual modelo. Camilo afirma ainda que não há possibilidade de “voltar ao passado” para justificar a posição contra a revogação total. Contudo, o que há hoje é muito pior do que o modelo anterior, que já continha problemas graves de evasão, aprendizagem defasada, profissionais mal remunerados e falta de investimentos.

A suspensão do calendário tem como objetivo desarticular as mobilizações de 19 e 26 de abril convocadas respectivamente pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes)

e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Além de tentar frear todo o movimento de base que está expresso na indignação dos estudantes nas escolas para incorporar e canalizar esse movimento para as vias institucionais que o governo estabelece com a Consulta Pública.

Nada foi alterado na realidade dos estudantes e trabalhadores em educação em todo o país. O NEM continua onde foi implementado e segue um brutal ataque à educação pública, gratuita e para todos. Além disso, com a suspensão das mudanças previstas no Enem, estudantes do país inteiro serão cobrados tendo como base o modelo antigo, mas com a defasagem existente do novo modelo.

O que o governo Lula-Alckimin está fazendo sobre o NEM?

A prática do governo Lula-Alckimin é contrária aos interesses dos estudantes e trabalhadores da educação. Vamos a alguns fatos.

A Consulta Pública, estabelecida pelo governo, será coordenada pelo Fórum Nacional da Educação (FNE), que é um órgão de colaboração de classes, e será presidido pela CNTE. Com essa tática o governo busca claramente incorporar uma das principais entidades sindicais que estão mobilizando pela revogação para atuar diretamente na condução da consulta. A Consulta Pública será realizada por meio de seminários, oficinas de trabalho, pesquisas nacionais com estudantes, professores e gestores para avaliar a experiência de implementação do Novo Ensino Médio durante 90 dias. Ao final, um relatório será produzido e enviado ao Ministério da Educação (MEC). Mesmo que esse relatório conclua com a necessidade de revogação da reforma, uma vez com ele em mãos, o MEC deve apenas seguir a implementação com “ajustes” e garantindo assim a validação da “sociedade civil”.

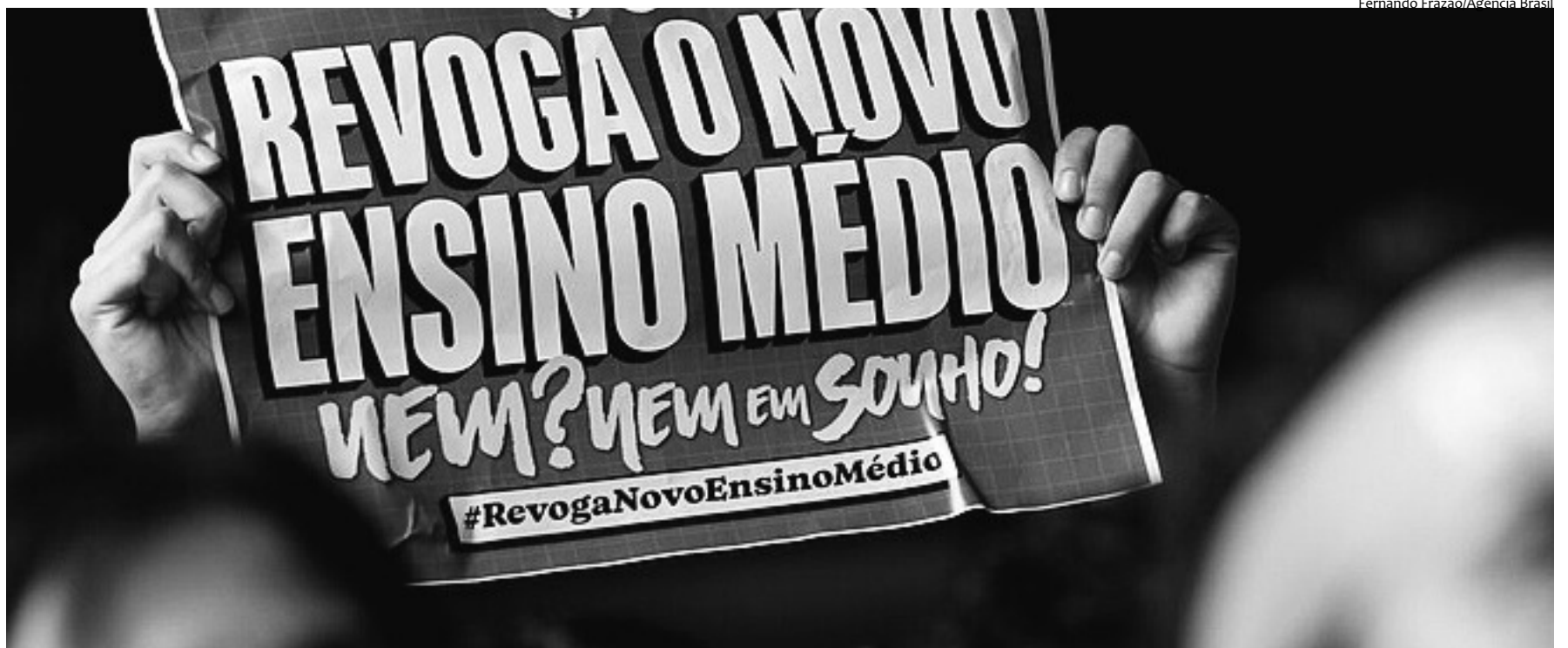
Outro aspecto da política do governo sobre o NEM é que o mesmo coordenador geral do Ensino Médio, um bolsonarista declarado, não me-ado por

Milton Ribeiro, Fernando Wirthmann Ferreira, foi reempossado ao cargo por Camilo Santana e só foi exonerado, no dia 5 de março, após a enorme pressão que resultou na suspensão da implementação da reforma do ensino. Wirthmann, entre 2015 e 2020, atuou como Diretor de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Distrito Federal e foi responsável pela implementação do currículo do Novo Ensino Médio nas unidades escolares da rede pública do DF. Esse é o resultado da política de colaboração de classes que o governo leva na prática. É a continuidade da política bolsonarista para o ensino médio: implementação do NEM, privatização, escola cívico-militares etc.

Aliás, mesmo após o anúncio da exclusão da diretoria criada pela gestão Bolsonaro para fomentar as escolas cívico-militares, o atual governo não disse nada sobre a manutenção das unidades já criadas e que receberam recursos federais ou que ainda esperam por eles. Existem hoje 215 escolas cívico-militares cadastradas pelo MEC implementadas ou em fase de implementação. Essa era uma bandeira central do governo Bolsonaro e previa um investimento

Fernando Frazão/Agência Brasil





Fernando Frazão/Agência Brasil

inicial de R\$ 1 milhão por escola. As principais características das escolas militarizadas são gestão pelas forças de segurança, regimento interno e normativo, taxa mensal e compra de uniformes, ingresso por sorteio, permanência condicionada ao cumprimento do regimento comportamental. Segundo matéria da Folha de S. Paulo (6/1/2023):

O governo Bolsonaro empenhou desde 2019 o total de R\$ 104 milhões no programa. No ano passado foram R\$ 51 milhões. Esse valor de empenho foi de R\$ 87,7 milhões em 2021, de R\$ 15,7 milhões em 2020 e de R\$ 1 milhão em 2019 — essa é a primeira fase da execução orçamentária, quando há reserva do recurso.

O valor pago de fato foi bem menor, e soma apenas R\$ 2,3 milhões entre 2019 e 2022. Dessa forma, o governo atual deve decidir se vai honrar com os empenhos já registrados e continuar a financiar a política bolsonarista na educação.

A principal razão da existência das escolas militares, dado ser hoje impossível que todas as escolas públicas passem a adotar esse modelo, é estabelecer nichos militarizados onde vigora o completo controle ideológico sobre professores e estudantes. A política de militarização da educação pública também representa uma política obscurantista e de cerceamento do pensamento crítico, fundamental ao desenvolvimento da ciência, do ensino laico e da livre organização de estudantes e trabalhadores da educação.

Em relação às políticas de valorização dos salários dos trabalhadores em educação, o ministro, na Marcha dos Prefeitos em Brasília, afirmou que o atual critério de atualização do piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica não confere melhores condições de segurança orçamentária para prefeitos e governadores e propõe revisá-lo. Sendo que o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou a constitucionalidade do critério atual. Um ataque ao atual mecanismo de valorização salarial do magistério previsto na Lei do Piso (Lei nº 11.738) está sendo preparado pelo ministro.

Qual escola nós queremos?

Nós defendemos a revogação completa do Novo Ensino Médio contra toda a farsa proposta pelo governo Lula-Alckimin de “ajustes” no modelo atual. O NEM representa o fim da escola pública, gratuita e para todos e essa é uma bandeira histórica do movimento estudantil, dos trabalhadores em educação e é um legado arrancado pela classe trabalhadora na disputa com o Capital pelos serviços públicos. A suspensão do calendário de implementação não resolve nada, como explicamos, e é hora de seguir aumentando o nível de organização em cada escola, através da coleta de assinaturas no abaixo-assinado e criação de comitês de luta, pela revogação imediata e total do Novo Ensino

Médio. O mandato do deputado federal Glauber Braga (PSOL-RJ) irá realizar uma entrega parcial dos abaixo-assinados pela revogação no dia 12 de abril. Até lá e adiante devemos seguir o combate para ampliar a quantidade de assinaturas e seguir mobilizando para os atos do dia 19 e 26 de abril como meios de pressionar o governo Lula-Alckimin pela revogação total do NEM.

No dia 17 de abril, a Liberdade e Luta vai realizar um bate-papo com Glauber Braga através de uma live no nosso canal no YouTube. Fique de olho em nossas redes para participar!

Nós defendemos a revogação completa do Novo Ensino Médio contra toda a farsa proposta pelo governo Lula-Alckimin de “ajustes” no modelo atual

É a partir da revogação que nós propomos o debate sobre que escola nós queremos e precisamos. Como marxistas, partimos de três premissas sobre a educação: 1) é impossível, no capitalismo, que a escola seja emancipadora e é extremamente nocivo vender qualquer ilusão nesse sentido; 2) enquanto estamos sob o capitalismo, é necessário defender o acesso universal à educação pública, gratuita, laica e obrigatória; 3) a transformação da

escola, no socialismo, não passa por descartar por completo o acúmulo de conhecimentos até a sociedade burguesa.

Partindo dessas premissas reivindicamos o legado da maior experiência transformadora da sociedade e, portanto, da educação, que já existiu, a experiência soviética. A partir da planificação da economia e do controle democrático dos trabalhadores sobre a produção, alcançada com a Revolução Russa de 1917, se processou uma profunda modificação na concepção de educação, que se apoiou no que havia de mais avançado em seu tempo e numa visão revolucionária sobre a escola e educação.

A ligação escola-trabalho, por meio da política, visava o múltiplo desenvolvimento dos estudantes e uma profunda transformação no papel do professor e do ambiente escolar. O controle mútuo dos estudantes e ampla participação da população com a escola. O divórcio existente entre o trabalho manual e intelectual é rompido a partir dessa concepção. Uma escola que conecta os estudantes com a vida real, através do conhecimento sobre o processo produtivo, não apenas um conhecimento livresco e acadêmico, mas prático e científico ao mesmo tempo. As principais conquistas da Revolução Russa para a educação foram:

- Universalização da educação pública, gratuita, laica e única;
- Erradicação do analfabetismo, educação inclusiva para os adultos;

- Formação imediata dos professores;
- Educação como um processo criativo, não meramente instrutivo;
- Autodireção local;
- Atendimento imediato das demandas trabalhistas dos professores;
- Ensino gratuito, presença obrigatória e custeio de todo material escolar, vestimenta e calçados para os estudantes;
- Eliminação de qualquer divisão entre os professores;
- Máximo de 25 estudantes por sala de aula;
- Proibição de qualquer tipo de punição na escola;
- Cancelamento de todos os exames;
- Todas as escolas com supervisão médica regular;
- Conselho escolar composto por professores e estudantes.

Mais de 100 anos depois dessa grandiosa experiência, jovens no Brasil inteiro buscam uma saída para a escola livresca que estão submetidos e que piorou muito com o Novo Ensino Médio. Uma primeira resposta para esses questionamentos foi dada pela Revolução Russa e pela experiência soviética para a educação.

Nós te convidamos a refletir e discutir conosco que escola queremos no Encontro Nacional da Liberdade e Luta, que vai acontecer nos dias 15 e 16 de julho em São Paulo. Inscreva-se:



ESPECIAL: 100 ANOS DA OPOSIÇÃO DE ESQUERDA

100 ANOS DE OPOSIÇÃO DE ESQUERDA: ORGANIZAÇÃO E LUTA INTERNACIONAL EM DEFESA DO MARXISMO

| CHICO AVIZ

Há 100 anos, no interior do Partido Bolchevique, revolucionários de 1917 deram vida ao grupo político responsável por combater em defesa do marxismo, na Rússia e no mundo, diante da ascensão dos organizadores de derrotas do proletariado, os promotores da fraude teórica do “socialismo em um só país”.

Anterior à formação desse agrupamento chamado de Oposição de Esquerda (OE), foram bases para tal uma carta de Trotsky datada do início de outubro de 1923 e, uma semana depois (15/10/1923), a “Declaração dos 46”, assinada por importantes comunistas, como Preobrazhensky, Serebryakov e Antonov-Ovsénko, bolchevique que atuaram na Revolução de Outubro e na Guerra Civil de 1918 a 1921. Os conteúdos de ambos endereçamentos ao Comitê Central bolchevique criticavam a política econômica adotada pela direção do partido e pelo inicial ataque ao Centralismo Democrático, propondo um programa marxista. Assim, a OE passou a representar o eixo de velhos e novos revolucionários soviéticos que confrontaram o bloco burocrático liderado por Stalin.

Nesses momentos da década de 1920, quando a revolução não fora completamente traída e o espaço democrático das ideias revolucionárias ainda poderia vigorar, a Oposição de Esquerda atuou consolidando bases militantes entre os bolcheviques, dos órgãos de planejamento do Estado operário-camponês, entre os militares revolucionários e das células da juventude comunista.

Fator relevante para o fortalecimento da pro-

posta da Oposição de Esquerda foi a direção dos três burocratas, Stalin, Zinoviev e Kamenev, também com apoio de Bukharin, na Internacional Comunista. Por exemplo, ao vacilarem nas orientações e auxílios aos comunistas alemães, contribuíram para a derrota da revolução socialista naquele país, além de possibilitar o recrudescimento e aumento do nazismo até mesmo no seio do proletariado mais organizado da Europa.

A deturpação do “socialismo num só país” foi a base “teórica” para a burocracia stalinista derrotar revoluções no seu país e nos demais locais ardendo em situações revolucionárias pelo mundo. Por meio dessa ingerência, transformaram as organizações dos trabalhadores comunistas em meras subordinadas das burguesias nativas “progressistas” e “nacionalistas”, apostando na lenda das revoluções “democrático-populares”. A maior expressão disso, a mando de Stalin, foi a dissolução do Partido Comunista Chinês no interior do partido burguês Kuomintang, gerando a derrota dessa revolução e o massacre assassino à vanguarda operária chinesa em 1929. Isto é, o avesso da Revolução Bolchevique de 1917.

Enquanto isso, a OE propunha desde 1923, reforçado em 1926 na “Declaração dos 13”: o acréscimo dos salários dos ope-

rários; uma reforma fiscal que impusesse uma forte taxa aos “*kúlaks*” (latifundiários) e libertasse dela os “*bedniaks*” (pequenos lavradores); a progressiva e democrática coletivização da agricultura; o aumento dos recursos para a massiva industrialização da Rússia Soviética; a restauração da democracia operária no Partido Bolchevique – que passara de eleições para nomeações de cima para baixo aos seus cargos; e, pela defesa inegociável da revolução internacional, a permanência e ampliação dos processos revolucionários essencialmente proletários e socialistas.

A deturpação do “socialismo num só país” foi a base “teórica” para a burocracia stalinista derrotar revoluções no seu país e nos demais locais ardendo em situações revolucionárias pelo mundo

Evidentemente, Trotsky e os demais membros da Oposição de Esquerda não eram fatalistas. Para eles, a revolução e o Partido Bolchevique poderiam varrer os burocratas contrarrevolucionários por meio da permanente luta internacionalista e

no interior do partido desenvolvido por Lênin. Por isso estes revolucionários não pararam sua organização na primeira perseguição, censura e exílio determinados por Stalin e seus asseclas.

O próprio chamamento pela 4ª Internacional foi demorado devido a confiança que Trotsky possuía na restituição da democracia operária no Partido e na Internacional Comunista, pois até 1933, seis anos depois de ser expulso da União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS), o dirigente do Exército Vermelho orientava seus camaradas e toda a OE a atuarem como fração dos Partidos Comunistas (PC). Só a partir desse ano a perspectiva geral dos revolucionários em defesa do marxismo passou a ser: a construção de uma nova Internacional; a ação clandestina na Rússia – tal qual os bolcheviques fizeram sob o czarismo; e a defesa de uma revolução política na URSS.

Se inicialmente a OE foi combatida pelo “triumvirato” (Stalin, Kamenev e Zinoviev) na 13ª Conferência do Partido em 1923, já em 1925, no 14º Congresso do Partido, os mesmos Zinoviev e Kamenev fizeram o movimento de ruptura com o bonapartismo de Stalin, fundando, junto a Trotsky, Krupskaya e outros revolucionários, a Oposição Unificada. Tais posições os levaram à morte

pelo stalinismo em 1936, assim como Trotsky fora perseguido até o fim da vida e morto por organizar a classe trabalhadora mundial em defesa do marxismo.

Em 1927 a Oposição Unificada foi derrotada formalmente na URSS, com Trotsky expulso do país e centenas de militantes da OE encaminhados aos campos de trabalho forçado da Sibéria. Fora da Rússia stalinizada, constituiu-se a Oposição de Esquerda Internacional que mantinha células clandestinas entre os soviéticos. Porém, nos anos 1930, a perseguição da burocracia se aprofundou com o Grande Expurgo de 1934 e os Processos de Moscou de 1936 a 1938, a partir de julgamentos infundados e fuzilamentos em massa.

É fundamental termos ciência que essas discussões não devem ser encaradas e reduzidas como disputas personalistas entre Trotsky e Stalin – ou qualquer outro membro do movimento comunista internacional. Tais processos históricos, que ressoam no presente, são expressão do choque entre as classes sociais, na qual a fração vitoriosa daquele momento, liderada por Stalin, promoveu a derrota do socialismo no século 20 e contribuiu para a crise das direções da classe trabalhadora em nosso tempo.

Por isso, em 2023, nós da Esquerda Marxista iremos publicar uma série de artigos sobre essa organização fundamental para o marxismo e a revolução permanente. Essa introdução buscou traçar os pilares da fundação e as propostas de uma direção imbuída do combate ao capitalismo e aos responsáveis pela derrota da revolução socialista internacional. Nos próximos textos trataremos da atuação da Oposição de Esquerda em determinados processos históricos e sua existência no Brasil.



Líderes da Oposição de Esquerda em 1927

O centenário da Oposição de Esquerda e seus primeiros passos no Brasil

MICHEL GOULART
DA SILVA

No final da década de 1920, começou a se organizar o primeiro núcleo da Oposição de Esquerda no Brasil. O grupo, que inicialmente se apresentava como fração pública do Partido Comunista do Brasil (PCB), dava início ao processo de reorganização dos revolucionários, em âmbito internacional, cujo marco inicial, além do combate do próprio Leon Trotsky, é o documento conhecido como “Declaração dos 46”. Esse documento era uma declaração, datada de 15 de outubro de 1923, endereçada ao Comitê Central, assinada por 46 dirigentes do Partido Bolchevique da União Soviética,

(...) qualquer crítica à direção do partido foi chamada de “trotskysta”, fazendo coro à campanha de mentiras e calúnias vindas de Moscou

criticando o regime partidário e os erros de condução da política econômica. Nesse documento, um dos embriões do que viria a ser a Oposição de Esquerda, afirmava-se: “O regime estabelecido no interior do partido é completamente intolerável; ele destrói a sua independência e substitui o partido por um aparato burocrático nomeado que

age sem objeções em períodos de normalidade, mas que inevitavelmente falha em momentos de crise, e que ameaça tornar-se completamente ineficaz face ao período dos graves eventos que se aproximam.”

Essas divergências avançaram teórica, política e organizativamente, redundando na expulsão e perseguição dos opositores no final da década de 1920. No Brasil, os indícios de insatisfação com a direção do PCB remontam aos primeiros anos de sua fundação. O partido, construído a partir de um núcleo de militantes oriundo do anarquismo e do sindicalismo revolucionário, desde sua fundação demonstrava profundas fragilidades políticas e teóricas. Com isso, sua direção rapidamente



incorporou tanto os métodos burocráticos na organização do partidos, em grande medida influenciada pelos métodos do stalinismo, como pouco impulso apresentou na elaboração política e teórica, se resumindo à brochura Agrarismo e industrialismo, escrita por Octávio Brandão. Esse texto, datado de 1926, além de apresentar uma análise

impressionista da revolta ocorrida em São Paulo, em 1924, e uma retórica que usava de forma superficial jargões retirados do marxismo, já demonstrava uma certa simpatia do PCB por um determinado setor “progressista” da burguesia.

Em carta escrita em 24 de dezembro de 1927, Mário Pedrosa, em viagem à Europa, demonstrou sua



ESPECIAL: 100 ANOS DA OPOSIÇÃO DE ESQUERDA

insatisfação com a expulsão da oposição do Partido Bolchevique. “Foi como uma desgraça que já se estava esperando”, dizia Pedrosa na carta. Pouco antes, no mês de outubro, Rodolpho Coutinho havia entrado em choque com a direção do PCB diante da proposta de aliança com Luís Carlos Prestes. Em 1928, Joaquim Pimenta, um dos mais importantes dirigentes operários da época, e Joaquim Barbosa entraram em choque com a direção do PCB sobre a tática sindical, defendendo a independência das mobilizações operárias e criticando a postura aparatista do partido. Em resposta às diferentes expressões de oposição, a direção do PCB agiu de forma autoritária e burocrática, levando o partido a crises, cisões e expulsões, especialmente no Rio de Janeiro. “Politicamente, a oposição representava e representa todas as características do desvio pequeno-burguês”, afirmava a direção do PCB. Logo qualquer crítica à direção do partido foi chamada de “trotskysta”, fazendo coro à campanha de mentiras e calúnias vindas de Moscou.

Em janeiro de 1929, quando retornou ao Brasil, Mário Pedrosa encontra um conjunto de dissidentes do PCB esparsos organizativa e politicamente, ainda que todos tivessem em comum as críticas diversas à direção do PCB e algumas informações vagas sobre a oposição que se organizava em âmbito internacional. Coube a Mário Pedrosa, que havia acompanhado os debates com os trotskystas em sua estada na Europa, organizar esses militantes, em um primeiro momento procurando

promover debates teóricos e políticos com vistas a construir posições teóricas e políticas comuns. Essa articulação resultou na constituição do Grupo Comunista Lênin (CGL). Não se sabe de forma precisa quando o grupo foi fundado, ainda que date de 8 de maio de 1930 a publicação de seu jornal, como um verdadeiro organizador coletivo, chamado A luta de classes. Nessa primeira edição, foi publicado o texto Nossos propósitos, em que os trotskystas afirmam que a publicação do jornal representava “a necessidade imediata de uma luta sem tréguas, intransigente, enérgica, implacável, contra a burguesia e seus privilégios de classe - em primeiro lugar; e, em segundo lugar, contra todos os desvios ou deformações de que a direção do Partido Comunista vem sendo, nestes últimos tempos, em espécie de casa editorial atacadista, com importação e exportação, direta e indiretas”.

O texto também apontava para o caráter de fração do agrupamento, seguindo as orientações do próprio Trotsky, que defendeu a permanência da Oposição de Esquerda no interior da Internacional Comunista até 1933, diante do papel cumprido pelos comunistas na Alemanha, ao negarem a construção da frente única com os social-democratas, culminando na ascensão de Hitler ao poder. O jovem núcleo trotskysta do Brasil afirmava que não visava “combater o Partido Comunista, porque o que urge é reintegrá-lo na linha que se traçou por ocasião de sua fundação, de modo que o seu rótulo vermelho passe a ser a expressão

revolucionária de uma realidade”.

O destino dos comunistas brasileiros se mostrou como uma extensão dos terríveis erros políticos do stalinismo em âmbito internacional. O PCB abriu suas fileiras a militares oriundos do tenentismo, cuja principal referência era Luís Carlos Prestes. Além disso, diante da “revolução” de 1930, que não passou de uma reconfiguração dos setores da burguesia no controle o Estado, o PCB passou a vislumbrar setores das classes dominantes que mereceriam seu apoio contra o “atraso” e os “resquícios feudais”.

O destino dos comunistas brasileiros se mostrou como uma extensão dos terríveis erros políticos do stalinismo em âmbito internacional

Diante dessas elaborações do PCB, que prenunciava o desastre da eterna busca stalinista por uma fantasmagórica “burguesia progressista”, os trotskystas demonstraram como se manifestavam os interesses do imperialismo no Brasil e como as diferentes frações da burguesia se acomodavam a essa disputa. Coube a essa geração de trotskystas elaborar aquela que é possivelmente a primeira interpretação marxista sobre a formação econômica e social do Brasil. Trata-se do Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil, escrito por Mário Pedrosa e Lívio Xavier em outubro de 1930. Neste documento, afirmavam:

“O imperialismo altera constantemente a estrutura econômica dos países coloniais e das regiões submetidas à sua influência, impedindo o seu desenvolvimento capitalista normal, mal permitindo que esse desenvolvimento se realize de maneira formal nos limites do Estado. Por essa razão, a burguesia nacional não tem bases econômicas estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressiva.”

Colocava-se, assim, a premissa da incapacidade da burguesia em encampar uma revolução como as que tinha realizado na Europa nos séculos anteriores. A relação dessas burguesias com o imperialismo redundou em uma classe dominante incapaz de realizar qualquer projeto revolucionário. Com isso, em outubro de 1930, ainda que o golpe liderado por Getúlio Vargas fosse algo recente, os trotskystas foram capazes de apontar de forma embrionária elementos que caracterizavam o bonapartismo getulista:

“Nos países novos, diretamente subordinados ao imperialismo, a burguesia nacional, ao aparecer na arena histórica, já era velha e reacionária, com ideais democráticos corruptos. A contradição que faz com que o imperialismo - ao revolucionar permanentemente a economia dos países que lhe são submetidos - atue como fator reacionário em política encontra a sua expressão nos governos fortes e na subordinação da sociedade ao poder executivo.”

Embora nadando contra a corrente, numa conjuntura marcada pela repressão do governo Getúlio e pela política de perseguição por parte do aparato stalinista, a primeira geração de trotskystas cumpriu a tarefa de manter viva uma perspectiva de organização

dos marxistas no Brasil. Se em um primeiro momento os marxistas se dirigiram ao PCB, participando de sua fundação e colaborando com a estruturação de uma organização leninista no Brasil, em pouco tempo ficou evidente que a influência do aparato internacional e os métodos e políticas oportunistas da direção partidária não permitiriam a construção de uma organização verdadeiramente inspirada no bolchevismo. O GCL e as organizações que a ele sucederam, como a Liga Comunista, fundada em janeiro de 1931, e o Partido Socialista Revolucionário (PSR), criado em 1939, a partir da fusão do núcleo de militantes trotskystas com novas frações dissidentes do PCB, são a legítima tentativa de manter viva o melhor da tradição bolchevique e a construção de um embrião de partido revolucionário no Brasil.

Neste ano, marcado pelo centenário da Oposição de Esquerda em âmbito internacional, precisamos resgatar essas experiências e fazer um balanço teórico e político de sua importância. Não se trata de apenas comemorar as primeiras ações de Trotsky e do grupo de 46 dirigentes que ousaram enfrentar a burocracia na União Soviética, nem de se limitar a resgatar nomes de figuras centrais na história da esquerda no Brasil, mas de apontar para a importância da construção do partido revolucionária e do internacionalismo proletário. Cabe fazer um balanço político e organizativo, mostrando para a atual geração de jovens que procuram a revolução o legado daqueles que procuraram manter viva a teoria e a prática bolcheviques.



Trabalhadores paralisados em São Paulo, durante a greve de 1917

FÁBRICAS OCUPADAS

Ventos de Esperança: os Encontros do Movimento de Fábricas Ocupadas

Parte 2 de 2

RAFAEL PRATA

Na edição 23 do jornal *Tempo de Revolução* foi repubiado um relato de 2009 sobre o II Encontro das Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores, realizado em Caracas, na Venezuela. Mas, até a realização desse evento, inúmeras atividades foram organizadas pelo Movimento das Fábricas Ocupadas no Brasil e internacionalmente. Confira agora a conclusão deste artigo que relembra alguns desses episódios de fundamental importância para a história do movimento operário brasileiro.

3ª Conferência Nacional em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril

No mesmo ano [2005], em dezembro, na fábrica ocupada Cipla, um terceiro encontro nacional, com mais de 300 representantes de seis estados brasileiros e de cinco países reafirmaram o compromisso de luta pela estatização.

Eduardo Murúa, presidente do Movimento Nacional de Empresas Recuperadas da Argentina, afirmou que “os trabalhadores não devem somente ocupar as empresas quebradas pelos patrões, mas também as que estão em atividade e não pagam bem os salários. Assim, é necessário que o governo as exproprie e as entregue para os trabalhadores”.

Roberto Chávez, secretário geral da Federação dos Mineiros da Bolívia, declarou total apoio à atitude revolucionária dos operários das Fábricas Ocupadas brasileiras quando dizem que “Fábrica quebrada é fábrica

ocupada e que fábrica ocupada deve ser estatizada. Essa é uma atitude que reforça e internacionaliza a ideia de que nós, trabalhadores, podemos sim produzir e criar nossas fontes de trabalho”.

A declaração final do Encontro avançava a ideia de que somente os trabalhadores poderiam encontrar uma saída para a humanidade, frente à crise e ao impasse histórico do capitalismo:

“Ouvimos trabalhadores de grandes e pequenas empresas de várias regiões, todos unidos em sua dor e sua vontade de resistir contra o fechamento das fábricas e o desaparecimento dos postos de trabalho. Assumimos o compromisso de lutar junto com esses trabalhadores para salvar todos os empregos.

E reafirmamos que não existem direitos humanos

sem trabalho e sob massacre do capital. Toda a humanidade se encontra num impasse. De um lado a destruição das bases da sociedade e seu cortejo de miséria, guerras e caos social organizado pelo capital. De outro lado, a resistência dos trabalhadores e sua extraordinária força, capaz de tudo arrastar se a unidade é realizada.

Do controle dos trabalhadores sobre as fábricas, sua centralização nacional para permitir uma planificação de toda a economia no interesse dos oprimidos e explorados, é que surgirá uma saída para toda a humanidade.

Só isso pode salvar de forma duradoura todos os empregos. Nós somos da classe trabalhadora e só nossa organização e luta pode mudar o mundo.”

Além disso, o Encontro já chamava a atenção

para o processo de criminalização dos movimentos sociais que ameaçava a continuidade da produção nas fábricas ocupadas e perseguia os dirigentes com ações judiciais:

“Lula se recusa a receber o Relatório BNDES/BRDE/BADESC que propõe estatizar as fábricas. Sob pressão do judiciário e do governo federal, penhoras de faturamento, ameaças de prisão dos dirigentes, tentativas de impedir nossos acordos comerciais com o governo anti-imperialista de Chávez na Venezuela, todo tipo de ameaça paira sobre as fábricas. Mas, não só sobre as fábricas ocupadas!

(...) Convidamos todos a realizar junto conosco uma grande campanha nacional para que o governo Lula interrompa todas as ações dos seus ministérios e da justiça federal que ameaçam de prisão os di-

rigentes e de fechamento as fábricas ocupadas.”

Por fim, o 3º Encontro decidiu realizar mais uma Marcha à Brasília para maio de 2006:

“(…) para exigir do governo Lula que cumpra seu compromisso de salvar todos os empregos de forma duradoura e o parque fabril, o que reafirmamos, só pode ser feito com a estatização das fábricas ocupadas.”

A íntegra da declaração pode ser lida aqui:



Encontro Pan-Americano em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril

Já em dezembro de 2006, mais de 600 delegados, vindos de 12 países, reuniram-se novamente nas instalações da Cipla para um riquíssimo debate e uma experiência memorável.

Logo na abertura do evento, uma assembleia de trabalhadores da Cipla se instaurou para debater e depois aprovar, por unanimidade, um Acordo Coletivo de redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, sem redução salarial, que foi assinado pelos dirigentes dos operários, da Confederação Nacional dos Químicos (CNQ/CUT) e da CUT Brasil.

Um dos momentos mais emocionantes ocorreu quando um dirigente sindical boliviano presenteou o Movimento de Fábricas Ocupadas no Brasil com um brasão da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia talhado em



FÁBRICAS OCUPADAS



O Encontro Pan-Americano em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril definiu entre seus objetivos a luta contra toda opressão e exploração

madeira: uma verdadeira obra de arte simbolizando a irmandade de classe que une os trabalhadores!

Esses laços de solidariedade também se expressaram na declaração final do Encontro:

“Todos os relatos testemunham a fúria destruidora das ações do imperialismo em cada país, em todo o mundo. Mas também extraordinários exemplos de luta, de espírito de sacrifício dos trabalhadores do campo e da cidade, na defesa de seus interesses imediatos e históricos. Somos todos, em todos os países, irmãos de classe unidos na luta contra o mesmo flagelo, a exploração capitalista, que transforma em dor e sofrimento a vida de bilhões de seres humanos.

“(…) Nossa luta de resistência frente à destruição capitalista assumiu em diferentes países diferentes formas. A livre discussão entre os trabalhadores sobre os rumos e as perspectivas desta resistência, em especial a ocupação de fábricas, é que permitirá clarificar e avançar para nosso objetivo que é defender nossas conquistas, nossos postos de trabalho e livrar a humanidade da escravidão capitalista onde milhões sofrem para a indecente alegria de um punhado de privilegiados.”

Por fim, expressando o nível de articulação entre os movimentos sociais presentes, em particular entre os representantes de empresas sob controle operário na América Latina, o encontro decidiu pela criação de um Comitê de Ligação Internacional que se responsabilizou por organizar um II Encontro de Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores em Caracas, na Venezuela, e que, de fato, realizou-se em 2009.

Além disso, expressando o nível de consciência das organizações e

dirigentes operários presentes, entre os objetivos desse Comitê, destaca-se: “articular a defesa internacional de nossos movimentos e apoiar suas iniciativas, dando continuidade ao nosso esforço de luta contra toda opressão e exploração, pelo fim do regime da propriedade privada dos grandes meios de produção e pela construção do socialismo”.

A íntegra da declaração pode ser lida aqui:



Tribunal Popular para Julgar a Intervenção Federal contra as Fábricas Ocupadas

O dia 31 de maio de 2007 também é um marco na história do Movimento das Fábricas Ocupadas, pois às 6h da manhã desse dia cerca de 150 homens da Polícia Federal fortemente armados chegaram até as instalações da Cipla para arrancar as lideranças operárias de dentro da empresa e empossar um interventor nomeado pela Justiça.

Era o ápice de um processo político e jurídico para pôr fim ao Movimento das Fábricas Ocupadas. Afinal, a ocupação das fábricas, o alcance desse movimento – que chegou a ocupar ou defender a ocupação como método para lutar contra o desemprego em mais de 35 fábricas pelo país – o acordo de cooperação com o governo venezuelano anti-imperialista de Hugo Chavez, a produção sob controle operário, a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais sem redução

salarial, enfim, todas essas conquistas demonstravam, na prática, que os patrões, a burguesia, formam uma classe social desnecessária para a sociedade e parasitária do trabalho alheio.

Assim, as associações patronais, como a ABIPLAST (do setor plástico) e a FIESP (maior e mais importante federação patronal do país) publicaram boletins e deram entrevistas condenando o Movimento das Fábricas Ocupadas e classificando como ingerência estrangeira o acordo Cipla-Venezuela!

O governo federal, através do Ministério da Previdência, dirigido na época por Luís Marinho, ex-presidente da CUT, recusou-se a negociar uma proposta de acordo que pudesse encerrar as medidas judiciais de cobrança de dívidas deixadas pelos antigos patrões da Cipla e Interfibra, mesmo após inúmeras tentativas e protestos por parte dos trabalhadores. Mais do que isso, articulou na Justiça Federal para que fosse decretada a intervenção, atendendo aos apelos patronais. Todo esse episódio lamentável pode ser melhor compreendido através do documentário “Intervenção”, publicado em nosso site na seção especial sobre as fábricas ocupadas.

Após intensa campanha de denúncia para reverter a decisão judicial, o Movimento de Fábricas Ocupadas organizou um Tribunal Popular para Julgar a Intervenção Federal em julho de 2008.

Um relato desse evento pode ser lido aqui:



Um dos momentos mais emocionantes foi a declaração do camarada Dominginhos: “A minha saída da empresa, junto com esse grupo de frente da Cipla, forçada pelos policiais federais, foi terrível! Fui tratado como bandido, injustiçado, fui demitido por justa causa”. Dominginhos ainda leu um trecho da carta de demissão que recebeu, no qual o interventor o proibia de entrar “em nosso parque fabril” e questionou: “de quem é esta fábrica? De quem trabalhou 31 anos, um mês e 20 dias ou do ‘artista’ que apareceu uma única vez na Interfibra para entregar um documento desses? Isso me indigna porque a empresa é dos trabalhadores e não dele!”.



O veredito a que chegou o Tribunal Popular foi o de condenar o governo Lula como responsável por não ter ajudado a salvar os empregos como havia prometido em 2003 e como responsável direto pela intervenção federal que criminalizou os trabalhadores e paralisou o coração do Movimento das Fábricas Ocupadas, que era a Cipla sob controle operário.

Esse é o maior exemplo de como age um governo de colaboração de classes: no sentido de atender os

interesses da burguesia e gerenciar a crise do capitalismo para salvar banqueiros e empresários da cidade e do campo às custas dos trabalhadores! E se o governo de “coalizão nacional” não consegue cooptar as lideranças e as organizações da classe trabalhadora que se mantêm fiéis à independência de classe e à luta pelo socialismo, não tem nenhum pudor em usar os aparelhos de repressão para tentar subjugar qualquer movimento reivindicatório que não controle.

Porém, como o camarada Serge Goulart, membro do Conselho de Fábrica da Cipla, disse no encerramento do Tribunal Popular:

“Os capitalistas não podem derrotar a classe trabalhadora, porque nós crescemos como a relva depois da chuva. Eles passam o trator e nós crescemos novamente. Eles fecham as fábricas e nós abrimos, eles roubam as terras e nós ocupamos, eles fazem guerras e destroem as nações, nós construímos um futuro de paz.”

E continuou:

“Vamos levar essa mensagem a todos os cantos da América, a toda a classe trabalhadora e juventude, para construir nosso futuro no dia a dia do combate, condenando aqueles que abandonaram a classe trabalhadora e se puseram de quatro frente aos poderosos. Eles não podem nos derrotar porque, sem a autorização da classe trabalhadora, uma lâmpada não se acende, uma roda não gira, uma porta não se abre, nada funciona. Os capitalistas não passam de parasitas que sugam a humanidade e a classe trabalhadora é a força e o futuro da humanidade!”

Vinte anos após a ocupação da Cipla e Interfibra, nós estamos aqui para levar essa mensagem adiante! Venceremos!



Argentina: eleições se aproximam em meio a grave crise econômica

| FERNANDO LEAL

Argentina não é diferente dos demais países do globo e, portanto, também sofre os impactos da crise orgânica do sistema capitalista. A crise inflacionária que, hoje, atinge quase todos os países do mundo, na Argentina está alcançando níveis alarmantes. A Inflação em 12 meses alcançou impressionantes 102,5% em fevereiro de 2023. Até mesmo os analistas burgueses comparam a crise atual à crise bancária de 2001, que derrubou diversos presidentes na Argentina, com gigantescas manifestações de massas nas ruas, apesar da violenta repressão.

Como explica o último editorial do jornal *Revolución*, da seção argentina da Corrente Marxista Internacional (CMI):

“Durante todo um período histórico, foram injetadas enormes quantidades de dinheiro barato na economia, através da chamada flexibilização quantitativa, que nada mais é do que imprimir dinheiro sem respaldo na riqueza real. Este expediente serviu para todo tipo de investimento especulativo.”

Tal como a crise argentina de 2001, a crise mundial de 2008 não foi resolvida, tudo que os representantes da burguesia fizeram, até o momento, foi empurrar para o futuro os impasses da economia mundial, ao preço de preparar uma crise ainda maior, pois já usaram todas as “alavancas econômicas” disponíveis e nada foi resolvido. O endividamento dos estados nacionais, empresas e famílias cresceu significativamente, a indústria continua funcionando abaixo de sua capacidade etc. Não está descartado um cenário de recessão econômica com inflação em nível mundial.

O peso argentino se desvaloriza diariamente,

forçando os argentinos a realizar suas compras o mais rápido possível para que seu salário não perca poder de compra. Qualquer trabalhador que queira fazer algum tipo de poupança recorre ao dólar. De fato a dolarização da economia está instalada há anos, na Argentina, dada a total falta de confiança nos bancos.

Segundo o INDEC, o IBGE argentino, a pobreza alcança 43% da população, 19,8 milhões de argentinos vivem com menos de dois dólares por dia. Os subsídios do governo para gás e luz são cada vez mais necessários para a população pobre, e constantemente, esses subsídios sofrem reduções.

As eleições se aproximam

As eleições argentinas acontecem em outubro de 2023, as coligações que lideram as pesquisas são as mesmas que foram as mais votadas em 2019: “Frente de Todos” e “Juntos por el Cambio”. Em um ambiente onde os trabalhadores e a juventude têm menos confiança nas instituições, os dois partidos procuram comemorar o acordo com o FMI e credores privados, que permitiram esticar o prazo para o pagamento da dívida pública, ganhando algum fôlego até as eleições.

Nesse cenário de decadência econômica, a figura de Alberto Fernández não é muito popular entre estudantes e trabalhadores, é quase certo que ele não tentará a reeleição representando a “Frente de Todos”. Por outro lado, a vice-presidente, Cristina Kirchner, sofreu ataques políticos direcionados e está ineleável neste momento, seu processo corre em última instância, no judiciário argentino, mas é pouco provável que reverta as condenações definidas nas instâncias inferiores.

Na última semana o governo de Alberto Fernández, liderado pelo principal representante do mercado financeiro no governo, Sergio Massa, conseguiu renegociar a dívida pública argentina e rolar para frente cerca de 13 trilhões de pesos argentinos (R\$ 325 bilhões). Sergio Massa desponta como o nome mais forte para representar a Frente de Todos.

Cristina Kirchner insiste no discurso de unidade e de que é preciso defender a democracia para estabilizar o país, mas não fala uma linha sobre a reforma trabalhista que está prestes a ser implementada. A própria Cristina procura separar as medidas impopulares de Alberto Fernández do novo candidato a líder da coligação Frente de Todos, Sérgio Massa. “Cristina, com plena consciência de seus atos, deu um passo para trás por todo um período, para deixar o caminho aberto para a ascensão de Sergio Massa. A crise aberta com a carta do então ministro da Economia Guzmán, quando apresentou sua renúncia, e logo após o curto mandato de Batakis, que não durou sequer duas semanas, deram sinal verde ao hoje super-ministro da Economia Sergio Massa, que se transformou no homem do FMI e dos bancos”, explicam nossos camaradas em seu editorial.

Todo esse cenário revela a debilidade da dita esquerda progressista latino-americana, que se apresenta para administrar a massa falida que é o sistema capitalista. Não existe plano econômico que faça a economia argentina crescer e aumentar a massa salarial para os trabalhadores. O PIB argentino cresceu em 2021 e 2022, 10 e 5% respectivamente, se recuperando da queda de 10% no ano de 2020, ano da pandemia, porém, as massas não sentem me-



“Tal como a crise argentina de 2001, a crise mundial de 2008 não foi resolvida, tudo que os representantes da burguesia fizeram, até o momento, foi empurrar para o futuro os impasses da economia mundial, ao preço de preparar uma crise ainda maior”



INTERNACIONAL

lhoras em suas condições de vida, mas obviamente os padrões lucraram bastante nestes dois últimos anos de crescimento econômico.

Direita e extrema direita nas eleições

Em tais condições obviamente a direita ganha força para as próximas eleições. O ex-presidente Mauricio Macri que foi enxotado do poder nas eleições de 2019, por ter sido o funcionário mais dedicado do FMI na Argentina, já declarou que não vai concorrer as eleições neste ano. Os principais nomes de *Juntos por el Cambio* são o atual chefe de governo da cidade de Buenos Aires, Horacio Rodríguez Larreta, e a ex-ministra de Segurança Patricia Bullrich, que parece ser o nome favorito da maioria da coligação.



Está claro que as frações da burguesia apostam no arrocho salarial e em colocar a conta da crise econômica nas costas dos trabalhadores

Correndo por fora está Javier Milei, líder dos Libertários, um demagogo de extrema-direita que se apresenta como antissistema e ataca todas as instituições argentinas. Milei pretende ocupar o espaço de seus equivalentes Donald Trump e Bolsonaro, mas seu apoio de massas ainda é duvidoso e não está certo se sobreviverá às eleições primárias, que acontecem em 13 de agosto de 2023. As primárias costumam deixar muitos postulantes

ao cargo de presidente de fora do pleito definitivo, que este ano será em outubro.

Para onde vai a Argentina?

Está claro que as frações da burguesia apostam no arrocho salarial e em colocar a conta da crise econômica nas costas dos trabalhadores. Cada vez há mais evidências, que na América Latina, há representantes da burguesia dispostos a ir em direção a uma repressão aberta. O editorial citado anteriormente continua:

“Em caso de uma vitória eleitoral de Juntos por el Cambio, não importa qual seja o pré-candidato eleito, todos têm em comum o arrocho e o ajuste, serão mais duros do que os implementados pela coligação Frente de Todos tem feito há quatro anos.

A espada do FMI e do Banco Mundial açoita as classes dominantes do país.

Somente a classe operária, liderando o conjunto dos trabalhadores e a juventude, pode romper definitivamente as correntes que nos prendem ao atraso e a pauperização.”

Construindo a CMI na Argentina

No dia 24 de março, nossos camaradas argentinos marcharam mais uma vez pela memória dos 30 mil companheiros desaparecidos na ditadura militar há 47 anos, durante o golpe militar no país. Mais uma oportunidade para lembrar do que a burguesia é capaz e da importância de construir uma organização com independência política. Tão pouco importa defender uma democracia em abstrato, que apenas garante os benefícios da classe dominante. O que se faz necessário é construir uma democracia operária, baseada na planificação

da economia, que garanta uma vida digna para todos os trabalhadores.

“O problema e a ameaça não estão em uma economia com duas moedas, ou uma dívida pública descontrolada, e sim no próprio sistema capitalista, que se baseia no roubo e na exploração da classe trabalhadora. Foi isso, e não qualquer outra coisa, que nos arrastou a esta situação de ruínas.” (24 de março: Nem ditadura, nem democracia capitalista! Por um Governo dos Trabalhadores!)

A experiência de nossas lutas demonstram que não se pode tomar o poder sem um partido revolucionário. Temos assistido insurreições e revoltas no continente seguidamente, algumas com energia suficiente para derrubar presidentes e fazer recuar o aparato repressor, porém, sem um programa e um partido revolucionário esta energia se perde.

Mais uma vez um trecho do editorial de *Revolución*:

“Construir nosso estado maior, nossa direção, supõe debater a construção do nosso partido revolucionário, baseado nos setores mais avançados de nossa classe, que estão se organizando e buscando uma saída. Esta não é uma tarefa para o futuro. Estamos diante de novas eleições que em nada mudará nossas vidas. O ajuste chegou para ficar, os diferentes partidos, apenas discutem o modo como vão aplicá-lo. Trata-se de colocar o debate de que o capitalismo fracassou, que devemos jogá-lo na lata de lixo da História. Para tanto, precisamos construir, sem nos determos, o partido da revolução.”

Esta é a tarefa para a qual todas as diferentes seções da Corrente Marxista Internacional se dispuseram a realizar! Juntem-se a nós! Socialismo ou barbárie!



Jules, Wikimedia Commons



Manifestação de 28 de março em Paris contra a reforma da previdência

“Macron, você quer nos colocar em 64? Nós vamos te colocar em 68!”

| BRUNA DOS REIS

Vivemos uma situação de avanço na consciência política de jovens e trabalhadores que, ao tentar compreender o que acontece no Brasil, por exemplo, olham para o movimento da sua classe internacionalmente. Alguns chegam a se perguntar, como deixamos passar uma reforma da previdência mais profunda, que aumentou a idade e diminuiu valores da aposentadoria, no Brasil, e na França a reação parece muito mais contundente diante de um ataque mais brando? Ajudar a compreender o que acontece na França hoje, a herança de combate do povo francês e as perspectivas dessa crise revolucionária é o objetivo deste artigo.

Desenvolvimento da crise

Há dois meses, Macron tenta aprovar uma contrarreforma da previdência que aumenta em dois anos a idade mínima para se aposentar (de 62 para 64 anos). Mas vem encontrando dificuldades, desde 19 de janeiro, quando mais de um milhão de trabalhadores franceses participaram de uma greve geral e manifestações por todo país.

Isso se repete a cada semana, quando nacionalmente acontece um dia de ação. O que o governo Macron e a burguesia francesa esperavam é que o movimento cansasse e diminuísse, pois sabem que contam com o apoio das direções do movimento sindical e estudantil, que fazem de tudo para arrefecer e conciliar o inconciliável.

No entanto, ao invés de diminuir e cansar, a crise revolucionária cresceu. Categorias que não entravam em greve há muito tempo aderiram à luta contra a reforma e o governo, que logo percebeu que se fosse colocada a voto no parlamento, não seria aprovada. A Assembleia Nacional, na França e em todo o mundo, funciona através da pressão da luta de classes. Afinal, o parlamento é eleito e quando suas bases estão conscientemente organizadas contra um ataque, esses políticos não arriscariam o próprio mandato votando a favor dele.

Macron então ousou, utilizando um recurso garantido pelo Artigo 49.3 da Constituição, que permite apresentar por decreto a reforma, sem passar pelo parlamento. Ao lançar mão de uma saída tão autoritária, o governo só conseguiu engajar es-

tudantes secundaristas e universitários na batalha.

Obviamente, a classe dominante francesa está apavorada. Mas nem por isso menos disposta a aplicar a política de austeridade como um todo, não somente essa, mas várias outras medidas que retirem direitos dos trabalhadores. Só assim podem garantir a competitividade do capitalismo francês e seus lucros diante da profunda crise que o imperialismo enfrenta hoje.

Diante da aplicação do Artigo 49.3, a Assembleia Nacional pode aprovar uma moção de suspensão ou de desconfiança. Isso derrubaria o presidente e garantiria a convocação de novas eleições. Essa votação aconteceu em 20 de março e, por 9 votos, a moção não foi aprovada. Ou seja, o congresso francês está dividido.

Mas esse resultado aumentou a intensidade do combate dos trabalhadores, com protestos que retomam a tradição dos franceses em atear fogo como sinal de protesto. Em 23 de março, 3,5 milhões foram às ruas. Quase um milhão em Paris e, em cidades pequenas, com cerca de dez mil habitantes, a ampla maioria, sete ou oito mil estavam nas ruas.

O grau de disposição para o combate e o número de manifestantes nas ruas está sendo comparado aos de maio de 1968. É por isso que se vê cartazes que prometem a Macron colocá-lo em 1968, caso ele insista em fazê-los trabalhar até os 64 anos.

O maio de 68 e as tradições revolucionárias francesas

No auge econômico do capitalismo pós 2ª guerra, *The Economist* publicou uma matéria que comemorava os 10 anos de governo do general De Gaulle - os franceses comiam mais, tinham mais carros e o nível de vida geral era melhor que os dos vizinhos britânicos. Para eles, uma “vantagem nacional” da França era seus sindicatos fracos.

Mas, para surpresa de muitos, inclusive da “esquerda” da época, no mesmo mês, a classe trabalhadora francesa realizaria a maior greve geral da história. Ainda que apenas 3 milhões de trabalhadores fossem sindicalizados, 10 milhões participaram da greve, que deu início a uma série de ocupações de fábricas em toda França.

“Um litro de leite era vendido por 50 centavos, seu preço normal era de 80

centavos. O quilo da batata baixou de 70 para 12 centavos. O quilo da cenoura passou de 80 para 50 centavos e assim sucessivamente.

“Os estudantes, os professores, os profissionais, camponeses, cientistas, jogadores de futebol, até mesmo as bailarinas do *Follies Bergères* foram à luta.”

Esse trecho do relato que Alan Woods faz em seu texto “A revolução francesa de maio de 1968” dá a dimensão da potência dessa experiência que só não consolidou a tomada do poder pelos trabalhadores por causa da traição do Partido Comunista Francês.

Apesar da derrota, as tradições permanecem na consciência da classe trabalhadora francesa. É por isso que se vê nas manifestações de hoje cartazes que fazem referência à guilhotina, utilizada na Revolução Francesa, e à Comuna de Paris, o assalto aos céus, quando pela primeira vez os operários tomaram o controle de uma cidade e, com isso, influenciaram o aparelhamento de várias outras comunas na França. Também circulam vídeos de milhares nas ruas cantando “A Internacional”, hino histórico do combate da classe trabalhadora internacional por sua emancipação.



INTERNACIONAL

Continuidade da luta

No momento em que esse artigo está sendo escrito, o último dia de luta foi em 28 de março, o 10º. Uma das intervenções da seção francesa da Corrente Marxista Internacional, Révolution, foi defender, na Assembleia Geral das Interfaculdades de Toulouse, uma moção adotada pelos 800 estudantes e trabalhadores presentes:

“Agora, na mente de um número crescente de jovens e trabalhadores, a luta contra a reforma é acompanhada por uma luta contra o governo Macron e todas as suas políticas. Para contribuir para o êxito do movimento, os dirigentes da Intersindical não devem mais se contentar em exigir apenas a retirada da reforma. Devem munir-se de um programa ofensivo de defesa dos interesses dos trabalhadores e da juventude.”

Apesar de alguns sindicalistas da CGT já estarem defendendo uma greve geral por tempo indeterminado até a derrubada de Macron, a coalizão Intersindical está tentando substituir as greves renováveis, nas quais se decide a continuidade diariamente em assembleias, pela continuidade de dias de luta semanal. O 11º está convocado para 6 de abril. Além disso, o comunicado para imprensa que a mesma Intersindical lançou após o 28 de março é sofrível. Assumem publicamente uma “preocupação com aumento de tensão” e o “risco de explosão social” e, às forças de repressão policial, que têm atacado violentamente os manifestantes, pedem cordialmente que “garantam a segurança e o respeito ao direito de greve e manifestação”.

Para 5 de abril está marcada uma reunião entre a primeira-ministra Borne e a direção da Intersindical. A mídia burguesa está fazendo muito barulho sobre essa reunião que não tem potencial de resolver nada. O objetivo é mostrar aos jovens e trabalhadores mobilizados que o “diálogo social” não foi rompido. Do ponto de vista do governo, isso é fundamental – a “negociação” das contrarreformas com as direções sindicais é um elemento central de sua implementação. Ao mesmo tempo, trata-se de esmagar o clima de militância da nossa classe – porque se há “di-

álogo” no topo, para que serve mobilizar?

A partir de 2 de abril, as greves renováveis perderam força, com exceção de alguns setores. No entanto, a situação continua explosiva. As enormes reservas de raiva e militância que se manifestam desde 19 de janeiro estão longe de se esgotar. Um incidente maior – como a morte de um manifestante ou de um trabalhador em greve nas mãos da polícia – poderia facilmente desencadear um novo recrudescimento do movimento.

Sim, o capitalismo já durou muito tempo. O que vemos hoje na França é uma crise revolucionária que pode retroagir ou não diante de um possível recuo de Macron a respeito da previdência. Uma camada importante de manifestantes já declarou que não é mais só pela previdência que lutam

O fato é que, depois de mais de dois meses de luta, muitos jovens e trabalhadores mobilizados se perguntam: como podemos vencer? Devemos completar a pergunta: como podemos vencer, dado o papel contraproducente desempenhado pelos líderes da Intersindical?

É difícil mudar a direção sindical em meio a um movimento de massas. A ala esquerda da CGT esteve perto de atingir esse objetivo em março, durante seu congresso. Mas os trabalhadores e a juventude não podem esperar por mudanças decisivas no topo dos sindicatos para aproveitar a chance de derrotar este governo dos ricos. Eles devem tomar sua luta em suas próprias mãos, organizá-la e controlá-la por si mesmos de baixo para cima. Isso não virá do nada. A iniciativa deve ser tomada por todos os militantes políticos e sindicais que entendem a necessidade de romper com a estratégia cega da Intersindical para o movimento.

Um exemplo tático foi após a mobilização de 7 de março. Em total ruptura com a estratégia oficial da Intersindical, cinco federações da CGT convocaram todos os trabalhadores a colocar em pauta greves por tempo indeterminado. Em seguida, no recente Congresso da CGT, a ala esquerda da federação sindical (Unité CGT) se opôs fortemente à direção conciliadora. No final deste Congresso, a Unité CGT afirmou ter o apoio de 205.000 membros da CGT em vários setores da economia. Este é um bom ponto de partida para desenvolver uma liderança do movimento entre os próprios trabalhadores e jovens. A Unité CGT apresenta em seu programa que:

“A tarefa não é só a rejeição dos 64 anos [idade de aposentadoria]. A tarefa é fazer com que a idade de aposentadoria chegue aos 60 anos. Estabelecer um salário-mínimo de dois mil euros. Renacionalizar/expropriar autoestradas, indústrias e bens saqueados do povo. Revogar as leis antidesemprego, acabar com os auxílios estatais às empresas e responder a todas as nossas necessidades sociais. A tarefa é uma mudança de regime. Essa ordem social já durou muito tempo.”

Sim, o capitalismo já durou muito tempo. O que vemos hoje na França é uma crise revolucionária que pode retroagir ou não diante de um possível recuo de Macron a respeito da previdência. Uma camada importante de manifestantes já declarou que não é mais só pela previdência que lutam. A situação na Europa como um todo é propícia para o desenvolvimento e o avanço da convulsão social. Há uma onda de greves na Alemanha (dos carteiros, funcionários públicos e, por último, em 27 de março dos trabalhadores de transporte) e na Inglaterra. Vitórias em um país podem inspirar a classe trabalhadora dos outros, que enfrentam a mesma conjuntura de inflação e perdas salariais, a lutar pelo socialismo. Para isso, o trabalho de construção das seções da CMI é fundamental para preparar uma vanguarda que possa dirigir esse movimento. Viva o socialismo internacional!

Roland Godefroy

